



Atlas Schindler

ILMO. SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 09/2018 DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM, Sr. Marcos Rodrigues de Almeida.

Ref. Pregão Eletrônico n.: 09/2018

Processo Administrativo n.: 59004/001954/2018-80

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA., pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CPF/MF sob o nº 00.028.986/0001-08, com sede na Avenida do Estado, nº 6116, no Bairro Cambuci, na Capital do Estado de São Paulo, e com filial no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN Quadra 03, Lote 440, CEP: 70632-300, inscrita no CNPJ/MF nº 00.028.986/0006-12, vem, tempestivamente, por seu representante infra-assinado, apresentar sua tempestiva **IMPUGNAÇÃO** ao edital de licitações em epígrafe, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

TEMPESTIVIDADE

1. Nos termos do item 7.1 do instrumento convocatório em apreço, o prazo para apresentação de Impugnação ao Edital por parte de qualquer pessoa é de até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura para abertura das propostas, qual seja, 20 de dezembro de 2018. Dessa forma, a impugnação deverá ser apresentada até 18 de dezembro de 2018.
2. Assim sendo, não restam dúvidas quanto à tempestividade da presente impugnação.



IMPOSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE CRÉDITOS

3. O instrumento convocatório e sua respectiva minuta de contrato preveem hipótese de retenção de valores eventualmente devidos à contratada para a recomposição de “danos ou prejuízos” causados por ela ao longo da execução contratual.

11.3. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos

4. Ocorre que a Administração Pública não pode reter o pagamento pelos serviços regularmente contratados e efetivamente prestados sob pena de enriquecimento ilícito, e até mesmo de usurpação legislativa, por aplicar uma penalidade não prevista em lei, como o Superior Tribunal de Justiça entende:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO. RESCISÃO. IRREGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DE PAGAMENTO. [...] Pode a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidades ao contratado descumpridor. **Todavia, a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna.** (STJ. RMS 24.953/CE, em 04/03/2008. Rel. Min. Castro Meira. DJ 17/3/2008 – Grifos nossos)

5. Como se vê, a interpretação do STJ, decorre do entendimento de que a retenção de pagamento equivale a uma “penalidade” não prevista no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e, como tal, obviamente, sob o princípio da especificidade, não cabe ao intérprete inovar as hipóteses em que o legislador assim não o fez.

6. Portanto, a Administração não pode negar a devida contraprestação pecuniária pelos serviços contratados que foram efetivamente prestados ou



Atlas Schindler

disponibilizados, ainda que o o prestador de serviço se encontre inadimplente com a Fazenda Nacional, Estadual ou Municipal, ou tenha deixado de cumprir qualquer outra obrigação contratual, da qual resulte a aplicação de multa.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE GARANTIA

7. De acordo com a cláusula 6.1 da minuta do contrato, a empresa vencedora do certame se obriga a manter durante toda a vigência do contrato garantia por uma das modalidades previstas no instrumento convocatório e pela Lei 8.666, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.

8. Todavia, ao compulsar o instrumento convocatório a licitante deparou-se com a determinação de que a apresentação da garantia deve ser dentro de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, conforme se vê:

16.1 No prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contado da data da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado para execução dos serviços referentes ao item 4.1 e apresentar outra garantia, nos mesmos termos, para execução dos serviços previstos no item 4.2, a fim de assegurar a sua execução, em uma das seguintes modalidades:

[...]

9. Ocorre que a determinação pode ser impossível de ser cumprida **no prazo assinalado**, especialmente se o resultado depender da atuação de terceiros alheios à relação contratual, como quando da contratação de *seguro garantia ou fiança bancária*¹, pois sua apresentação depende do tempo de processamento desse serviços pelas instituições financeiras e corretoras de seguro.

¹ Art. 70 da Lei nº 13.303/2016.



Atlas Schindler

10. Com efeito, caso a licitante vencedora opte pela contratação de carta de fiança bancária, por exemplo, o prazo para apresentação da referida garantia dependerá em maior medida do tempo que a instituição financeira levará para gerar a carta de fiança bancária solicitada.

11. Nesse sentido, veja-se que as cláusulas nos contratos de fiança bancária **tem previsto em regra o prazo de 50 (cinquenta) dias corridos para apresentação da garantia**, sendo certo que somente após esse período é que incidirá a norma de rescisão contratual.

12. Cabe ponderar, assim, que não se configura razoável estabelecer prazos fixos para o atendimento de exigências que não dependam das partes contratantes, de modo que se faz necessário aumentar o limite do prazo de 10 (dez) dias úteis para 30 (trinta) dias úteis ou 50 (cinquenta) dias corridos, independentemente de renovação.

DA EMISSÃO DAS NOTAS FISCAIS

13. O edital em apreço estabelece que o pagamento deverá ser efetuado mediante apresentação de nota fiscal com o número de inscrição no CNPJ da empresa habilitada ao procedimento licitatório, que, por sua vez, deve ser o mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai prestar o serviço objeto da licitação.

14. Contudo, esta empresa, e provavelmente outras tantas licitantes, emite faturas em dois CNPJs, uma de sua matriz, referente aos equipamentos, e outro de sua filial, que instalará os equipamentos, mas ambos da mesma empresa licitante, ou seja, com a mesma raiz de CNPJ, embora o contrato e a habilitação sejam feitos em regra somente em uma delas, geralmente no estabelecimento da matriz ou do estabelecimento localizado mais próximo da prestação de serviços.

15. Essa questão é bastante pertinente, pois há nesse edital dois tipos de contratações: uma para a aquisição dos equipamentos e outro para sua instalação. Dessa forma, para não restringir a competitividade nem malferir as normas tributárias, **pugna-se pela revisão do edital para constar a possibilidade de emissão de fatura em dois CNPJs distintos, ambos da mesma empresa licitante, com a mesma raiz de CNPJ.**



16. Além disso, registre-se que, em consequência da **Atlas Schindler** caracterização do fato gerador do ICMS, quando a Elevadores Atlas Schindler dá saída de peças ou materiais de seu estabelecimento, ela emite Notas Fiscais de Saída de Mercadoria (remessa), sendo uma das vias entregues a cada cliente, efetuando o recolhimento do tributo (ICMS) para o Fisco Estadual, relativamente à parcela de materiais enviada para a obra.
17. A Nota Fiscal de Venda efetiva do Equipamento apenas será emitida quando da entrega da peça para substituição, ocasião em que será recolhido ao Fisco eventual diferença em relação aos valores já pagos quando das remessas parciais, conforme artigos 313 e 315 do Código Tributário do Estado de Goiás.
18. Além dessa nota relativa aos materiais aplicados (Equipamentos) e que constitui fato gerador do ICMS, esta Licitante emitirá também uma Nota Fiscal-Fatura de Serviços, relativamente aos serviços de assistência técnica do elevador (fato gerador do ISS), nos termos do item 14.01 e 14.02 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/03.
19. Portanto, a emissão dos documentos fiscais relativos ao ICMS não poderá estar vinculada aos pagamentos (parcelas mensais); mas aos eventos previstos em lei para emissão desses documentos. Exceto nos contratos de manutenção de elevadores, nos quais a emissão e o pagamento serão mensais.
20. Diante disso, para realização do pagamento e o consequente recebimento da contraprestação correspondente, esta licitante pretende observar o seguinte procedimento:
- (i) para todos os eventos de pagamentos devidos, antes da entrega/instalação dos equipamentos, a cobrança será feita através de fatura. Neste momento, não será emitida qualquer nota fiscal;
 - (ii) quando da remessa de partes dos componentes dos equipamentos para o local da obra, serão emitidas notas fiscais de remessa, **CFOP 6949**;



Atlas Schindler

- (iii) quando da instalação das peças e equipamentos, será emitida a nota fiscal de venda, **CFOP 6107** relativo ao fornecimento (70%), com CNPJ de Londrina (onde se situa a fábrica da Atlas Schindler), e nota fiscal de serviços referente à instalação e montagem (30%), com CNPJ do estabelecimento situado no local da instalação, em Belém - PA.

21. Assim, a emissão dos documentos fiscais não está vinculada aos pagamentos e, sim, aos eventos previstos em lei para sua emissão, quais sejam:

- a) Serviços: Quando da efetiva prestação dos serviços; e
- b) Mercadorias: Quando da circulação das mercadorias e/ou bens comercializados, a não ser que seja uma venda para entrega futura, cuja emissão antecipada da Nota Fiscal tem previsão legal. Mas, ainda assim, a Nota Fiscal é emitida para acompanhar as mercadorias e bens que efetivamente devam circular e em relação aos quais deve estar vinculada e, não, para permitir o pagamento de valores, sem correlação direta com bens em circulação.

22. Ademais, e como já dito acima, o Código Tributário do Estado do Goiás determina que a emissão de documento fiscal deve corresponder a uma efetiva operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, atribuindo-se, assim, multa em caso de descumprimento. Vejamos:

Art. 141. O contribuinte do imposto e as demais pessoas sujeitas ao cumprimento de obrigação tributária, relacionadas com o ICMS, devem emitir documento fiscal, em conformidade com a operação ou prestação que realizarem.

Art. 371. São aplicadas as seguintes multas (Lei nº 11.651/91, art. 71):

VI - de 20% (vinte por cento) do valor consignado no documento:

a) pela emissão ou utilização de documento fiscal não correspondente a uma efetiva operação ou prestação;”



23. Verifica-se, assim, que o pagamento não é evento legal sujeito à emissão de documento fiscal.

24. Desse modo, a manutenção da exigência em questão traz restrição injustificada à participação da ora Impugnante na presente licitação, uma vez que o atendimento ao exigido no subitem supratranscrito faria com que a Atlas Schindler violasse norma prevista no Código Tributário do Estado do Goiás.

25. Ademais, nota-se que existe uma previsão similar no instrumento convocatório em favor da Administração contratante, como se transcreve:

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA SUB-ROGAÇÃO

15.1. Com a assinatura do Contrato de Gestão celebrado entre a Universidade Federal do Ceará UFC e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares EBSERH para a gestão especial e gratuita dos Hospitais Universitários - HUs da UFC, foi criada uma nova filial da referida empresa em Fortaleza CE e como consequência os contratos firmados com os HUs poderão ser sub-rogados para esta filial.

26. Assim, tudo o que se requer é a faculdade de proceder-se da mesma forma, através da emissão de duas notas: uma para o fornecimento dos equipamentos, e outra para a sua instalação, mas ambas de propriedade da Atlas Schindler.

27. Face ao exposto, requer a Impugnante que o novo Edital seja elaborado com um cronograma que não condicionem os pagamentos das etapas dos serviços do momento da emissão de notas-fiscais, bem como que se esclareça acerca da possibilidade de emissão de nota fiscal em dois CNPJs distintos da mesma empresa, sendo um CNPJ para serviços e outro CNPJ para os materiais, assim como também seja permitido que o CNPJ da habilitação e do contrato não seja necessariamente o mesmo da emissão das notas fiscais, conquanto eles sejam da mesma empresa.



28. A forma de pagamento prevista No Termo de Referência merece reparo, conforme se passa a demonstrar abaixo.
29. O cronograma físico-financeiro proposto no dispositivo mencionado acima poderá onerar demais a Contratada, que estará obrigada a adquirir e dispor antecipadamente de materiais e serviços, sem a contraprestação necessária nas primeiras etapas do contrato.
30. Saliente-se que ora impugnante, assim como as demais empresas do ramo, possui como prática a adoção do sistema denominado “just in time” - modelo de gestão da produção no qual os insumos são fornecidos no momento em que são processados.
31. Esse sistema veio substituir o “just in case”, em que grandes quantidades de materiais e produtos eram estocados, para ficarem disponíveis quando fossem necessários ao processo produtivo.
32. O principal objetivo do “just in time” é a diminuição dos estoques e a conseqüente redução de custos, possibilitando que o capital de giro não fique “empatado”.
33. A produção baseada no “just in time” é de puxada (pull system), isto é, um produto só é fabricado quando for feito um pedido de compra por parte do cliente. Sendo assim, é ativada uma reação em cadeia para trás, que vai até a requisição dos insumos necessários à produção junto aos fornecedores.
34. Assim, para que a empresa possa fornecer e instalar elevadores, torna-se necessário um investimento inicial de, pelo menos, 40% (quarenta por cento) do valor dos equipamentos, que sempre é arcado por quem encomenda os produtos.
35. Isso porque existem diversas fases onerosas do serviço, que precedem a fase de entrega e instalação dos equipamentos fabricados, sendo elas: (i) registro da



Atlas Schindler

ART no CREA; (ii) elaboração dos projetos de instalação; (iii) aprovação dos projetos nos órgãos municipais e/ou estaduais competentes, (iv) fabricação dos componentes; e (v) transporte e recebimento do material fabricado.

36. Com efeito, tão logo assine o contrato, a Contratada terá que mobilizar mão-de-obra e incorrer em inúmeros custos para a fabricação dos componentes, não sendo justo, nem razoável que fique sem receber durante tanto tempo o valor devido, a despeito de toda sua dedicação e empenho.

37. Dessa maneira, caso seja mantida a forma de pagamento ora impugnada, as licitantes que puderem participar do certame, nas referidas condições, serão forçadas a aumentar o valor de suas propostas, a fim de que sejam compensadas pelo grande período em que ficarão sem receber uma remuneração condizente pela fabricação dos elevadores e escadas.

38. É certo que o desequilíbrio contratual a que estará submetida a Contratada reduzirá o número de licitantes e, conseqüentemente, impedirá a Administração de obter a proposta mais vantajosa, violando, por conseguinte, o art. 3º, §1º, I, da Lei 8666/93.

39. Isto posto, requer a Atlas Schindler seja alterada a forma de pagamento ora impugnada, para que a contratada seja remunerada de maneira mais equânime, adotando-se, de preferência, o cronograma de pagamento abaixo sugerido:

10 % (dez por cento) do valor total com a emissão e apresentação Guia de Recolhimento da ART/CREA;

20 % (vinte por cento) do valor total com a emissão e apresentação dos Projetos Executivos;

10 % (dez por cento) do valor total após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente a desinstalação e desfazimento dos Elevadores Social I e Serviço;

15 % (quinze por cento) do valor total com entrega dos materiais dos Elevadores Social I e Serviço na SUDAM;

10 % (dez por cento) do valor total com entrega final dos Elevadores SOCIAL I e Serviço;

10 % (cinco por cento) do valor total após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente a desinstalação e desfazimento dos Elevadores Social II e Privativo;

15 % (quinze por cento) do valor total com entrega dos materiais dos Elevadores SOCIAL II e Privativo na SUDAM;

10 % (dez por cento) do valor total com entrega final dos Elevadores SOCIAL II e Privativo;



40. O orçamento estimado por V. S^{as}. de R\$ 1.403.717,92 (Um milhão, Quatrocentos e Três mil Setecentos e Dezesete reais e Noventa e dois centavos); é muito aquém do orçamento que a ora Impugnante lhes encaminhou em 16/11/2018.
41. Portanto, inquestionável é que tal valor é insuficiente para a consecução do objeto da presente licitação.
42. Desse modo, caso o orçamento estimado não seja ampliado, com toda a certeza, a presente licitação será conduzida à deserção, já que dificilmente alguma empresa do ramo de elevadores assumirá o compromisso de realizar o objeto licitado pelo aludido valor. Ou, ainda que cometa tal insensatez, dificilmente a qualidade que se espera dos serviços poderá ser mantida!
43. Muito provavelmente, por uma estimativa equivocada de preço, no decorrer da contratação será necessário celebrar inúmeros aditivos contratuais para se ajustar os custos da contratação à remuneração devida por V. S^{as}., fato esse que apenas trará desgastes e atrasos no curso do contrato.
44. Sendo assim, para viabilizar a licitação em apreço, é imperioso que o Valor Estimado da licitação em tela seja ampliado para, no mínimo, R\$ 1.950.349,00 (um milhão novecentos e cinquenta mil trezentos e quarenta e nove reais); em razão da complexidade dos equipamentos.
45. Nesse quesito, ressalta-se o escopo técnico dessa contratação é composto pela Substituição TOTAL de 4 (quatro) Elevadores, incluindo todas as adequações de obra civil e Manutenção Preventiva com reposição de peças. Serão quatro elevadores customizados, para atender à demanda arquitetônica do prédio.

PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO



Atlas Schindler

46. Ainda em atenção à complexidade da contratação, é certo que o prazo previsto por V. Sas. mostra-se totalmente insuficiente à conclusão dos serviços, devendo o mesmo ser majorado para 18 meses de modo a se evitar maiores desgastes; bem como possibilitar que outras empresas encorajem-se a participar do certame, para que a Administração Pública possa assim obter a proposta mais vantajosa aos interesses públicos, adotando-se, de preferência, o cronograma de pagamento abaixo sugerido:

Etapa	Serviço	Prazo de Execução	Observação
1	ART	60 (sessenta) dias	Contado a partir da assinatura do contrato
2	Projetos Executivo	90 (noventa) dias	Contado a partir da assinatura do contrato
3	Entrega dos Materiais dos Elevadores SOCIAL I e Serviço	210 (duzentos e dez) dias	Contado a partir da assinatura do contrato
4	Desinstalação e desfazimento dos Elevadores Social I e Serviço	30 (trinta) dias	Devendo iniciar e finalizar antes da chegada dos novos elevadores.
5	Instalação dos elevadores Social I e Serviço	90 (noventa) dias	Contado a partir da entrega dos elevadores
6	Entrega dos Materiais dos Elevadores SOCIAL II e Privativo	330 (trezentos e trinta) dias	Contado a partir da assinatura do contrato
7	Desinstalação e desfazimento dos elevadores Social II e Privativo	30 (trinta) dias	Contados a partir da emissão do Recebimento Definitivo dos Elevadores Social I e Serviço.
8	Instalação dos elevadores Social II e Privativo	90 (noventa) dias	Contados a partir da emissão do Recebimento Provisório da Desinstalação dos Elevadores Social II e Privativo.

47. Deve-se, portanto, observar o cronograma físico-financeiro sugerido acima.

DA ARMAZENAGEM DO MATERIAL

48. O instrumento convocatório em combate dispõe que será de responsabilidade da empresa a estocagem de materiais, conforme observa-se a seguir:



Atlas Schindler

29.3 A responsabilidade da guarda do material durante o período da obra ficará como encargo da CONTRATADA, não se responsabilizando a CONTRATANTE por eventuais sinistros.

49. Nesse sentido, nada mais correto e plausível que, seja disponibilizada uma sala para o armazenamento e estocagem dos materiais, e que seja também conferida uma chave para este local a que somente a empresa tenha acesso.

50. Isso porque, a disponibilização de um local descoberto para a guarda do material da contratada em nada adiantará, pois os equipamentos não podem ficar expostos às intempéries climáticas; ou seja, ainda que se disponibilize um espaço à contratada, se ele não for coberto e seguro, ainda demandará que a contratada aloque um container no local.

51. Caso contrário, poderá a empresa ser responsabilizada por danos causados aos materiais sem que tenha dado causa, ou seja, danos de terceiros.

52. Uma outra maneira de a empresa garantir o armazenamento e estocagem dos materiais é por meio de containers próprios, por exemplo. Contudo, essa opção gera maiores investimentos econômicos aos contratos.

53. Sendo assim, é de suma importância que a Administração Pública estabeleça no edital a forma de preferência de estocagem, ciente que caso a empresa contrate *containers* ou outros meios de guarda-volumes, os preços serão ser incluídos no edital, o que elevará os valores propostos.

DO PRAZO PARA SOLUÇÃO

54. O item 5.3.3.5 do Edital prevê prazo muito exíguo para a solução de equipamentos parados, o quê, em razão de eventual peça a ser substituída pode se revelar impossível, tal como se transcreve:

5.3.3.5. O prazo para conclusão das manutenções corretivas não deverá ser superior à 24h contados da abertura do chamado. Este prazo poderá

ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, mediante solicitação e justificativa formal



Atlas Schindler

55. Como visto acima, o edital prevê o prazo de 24h (vinte e quatro horas) horas para que o equipamento paralisado retorne ao funcionamento, o que pode ser impossível caso a manutenção demande a substituição ou reparo de componentes eletrônicos, mecânicos e hidráulicos necessários à recolocação dos equipamentos em condições normais, sendo que tal prazo pode ser ampliado em situações excepcionais.

56. Ocorre que este prazo é de todo exíguo e insuficiente para atendimento na maioria dos casos, a depender da peça que demandará substituição. É o caso, por exemplo, quando a Impugnante que é a própria fabricante do produto, tenha de fabricar uma peça específica para substituição em sua fábrica, em Londrina.

57. Assim, não apenas a Atlas Schindler, como também qualquer licitante poderá não atender o prazo de 24h (vinte e quatro horas quando estiver diante da necessidade de substituição de peça que precise ser fabricada.

58. Dito isso, sugere-se que o texto supratranscrito seja modificado **para que não haja uma limitação máxima de dias úteis para substituição ou reparo de peças**, dado que, em algumas situações, o prazo para a fabricação da peça substituída pode ser superior a 10 (dez) dias úteis, sugerindo-se desde logo que este prazo seja fixado em 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis a critério.

59. Alternativamente, requer-se a exclusão ou a redução dos percentuais de multas devidos em razão do atraso na manutenção derivado da demora na fabricação dos componentes necessários.

DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO

60. De acordo com a disciplina do edital, infra transcrita, os serviços de manutenção corretiva serão executados, em qualquer horário e disponível 24h por dia, tendo início em, no máximo 30 minutos:



Atlas Schindler

5.3.3.2. A manutenção corretiva será prestada mediante solicitação feita pelo Fiscal ou Comissão Fiscalizadora do contrato, em qualquer horário e disponível 24h por dia,

tendo início em, no máximo 30 minutos, **para o caso em que estiver usuário preso no elevador e 1 hora para demais atividades**, sempre contadas a partir da comunicação da ocorrência que se dará via e-mail e/ou contato telefônico.

61. Saliente-se, todavia, que os atendimentos fora do horário comercial restringem-se (a) aos de serviços de emergência, de segunda a sexta-feira, das 17h00m às 23h00m, e sábados, domingos e feriados, das 8:00hs às 23:00hs, para atendimento exclusivo aos chamados de normalização inadiável do funcionamento dos elevadores, e (b) ao plantão de emergência, todos os dias de 23:00hs às 08:00hs, sempre que for necessária a retirada de algum passageiro retido na cabina ou em caso de acidentes.

62. Desse modo, a manutenção da referida exigência implicará na mudança de rotina da Contratada, que necessitará contratar técnicos **para trabalhar fora do horário comercial, em fins de semana e feriados, única e exclusivamente, para o contrato em questão.**

63. Ao par disso, releva enfatizar ainda que esta Administração trouxe exigência sobre a necessidade de atender os chamados de casos de acidentes ou de pessoas presas na cabina **em até 30m (trinta minutos) após a solicitação.**

64. **Ocorre que esta impugnante é quicá a única empresa em solo pátrio que pode cumprir com esta exigência, em razão do enorme número de filiais e postos de atendimento avançado em todo o país.**

65. Assim, mesmo que a previsão supra a beneficie, a Atlas Schindler não pode concordar com tamanha restrição à competitividade do certame, **até mesmo para evitar que, futuramente, se alegue direcionamento do objeto licitado em favor da impugnante.**



Atlas Schindler

66. Portanto, é fácil concluir que o edital não estabelece um prazo razoável para o atendimento do serviço, uma vez que sequer prevê a possibilidade de solicitação de prorrogação do tempo, o que pode se mostrar impossível de atender até mesmo para a Atlas Schindler, nos momentos de pico de trânsito por exemplo

67. Desse modo, requer seja alterado o subitem ora impugnado, e os demais do Edital e de seus anexos que porventura tenham a mesma redação, de modo que fique claro que a Contratada somente estará obrigada a executar, fora do horário comercial os serviços de emergência e do plantão de emergência mencionados acima.

68. Sendo necessário ainda adequar o edital à realidade dos grandes centros urbanos e das empresas menores, reformando-se a cláusula em apreço com base no princípio da razoabilidade, estimando-se um tempo adequado de atendimento às solicitações de chamados de emergência, bem como, prever as possibilidades e formas de prorrogação, sugerindo-se desde logo a manutenção dos 30m (trinta minutos) prevendo-se outrossim a prorrogação por igual período, a pedido da contratada, ainda que motivada sua solicitação.

CONCLUSÃO E PEDIDOS

69. Por todo o exposto, requer seja a presente impugnação recebida e provida, para alterar-se o instrumento convocatório na forma postulada em cada tópico antecedente, em especial para:

- a) Que se exclua do edital em apreço a possibilidade de retenção dos pagamentos devidos à contratada, a qualquer título;
- b) Que se dilate o prazo para a apresentação da garantia de execução contratual;
- c) Que se esclareça acerca da possibilidade de emissão de notas fiscais em dois CNPJ's da mesma empresa;
- d) Que se disponibilize uma sala inteiramente fechada para a estocagem dos materiais a serem utilizados na obra;
- e) Que seja estendido o prazo de solução dos casos em que houver necessidade de substituição das peças, ou que se elidam as multas em sua função;

f) Que seja adequado o horário da prestação dos serviços para o horário comercial e ainda, seja ampliado o prazo para atendimento de emergências.



Atlas Schindler

Termos em que,

Pede deferimento.

Belém – PA, 17 de dezembro de 2018.



Elevadores Atlas Schindler S/A
Bruno Carvalho
Consultor Técnico Comercial

BRUNO SILVA DE CARVALHO
CPF: 600.027.643-50
REPRESENTANTE LEGAL